

Brasil Mulher: a força da voz feminina na resistência e na luta por direitos¹

Laura Dilly Dutra MAIA²

Marise Baesso TRISTÃO³

Centro Universitário Academia, Juiz de Fora, MG

RESUMO

A pesquisa como objeto de análise o jornal Brasil Mulher, pioneiro na abordagem de questões de gênero na imprensa nacional e na publicação aberta sobre as lutas do movimento feminista. A metodologia utilizada foi a Análise de Conteúdo, de Laurence Bardin. Procurou-se observar as capas e as matérias do periódico no sentido de compreender as temáticas feministas da época (1975 a 1980). Alguns assuntos ainda persistem atuais nas lutas de gênero no país. Observou-se que as condições de trabalho feminina são a temática em que obtivemos menos evolução, como, por exemplo, na igualdade salarial e na dupla jornada exercida pelas mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: imprensa alternativa; ditadura cívico-militar; imprensa feminista; jornal brasil mulher; movimento feminista.

INTRODUÇÃO

A história da imprensa no Brasil reflete as mudanças e os desafios enfrentados pela sociedade ao longo dos séculos. Desde o início, a imprensa desempenha papel vital na criação da identidade do país e na formação das perspectivas da população. No entanto, a trajetória é marcada por momentos de transformação e desafios significativos, como afirmado por Romancini e Lago (2007).

Na época colonial, a imprensa brasileira estava sob controle das autoridades portuguesas, divulgando informações favoráveis à metrópole e à Igreja. Com o surgimento de movimentos independentistas, surgiram os primeiros periódicos defendendo ideias contrárias ao domínio colonial, contribuindo para a consciência nacional. De acordo com Romancini e Lago, a imprensa teve um papel crucial na disseminação das ideias republicanas, influenciando a Proclamação da República em 1889. A chegada da República trouxe novos desafios e oportunidades para o jornalismo.

Segundo Romancini e Lago (2007), apesar do vigor do jornalismo, a liberdade de imprensa encontrou obstáculos ao longo dos anos. Em 1937, com o Estado Novo, a

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Estudos em Comunicação e suas interdisciplinaridades, evento integrante da programação do 27º Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, realizado de 30 de maio a 1º de junho de 2024.

² Graduada em Jornalismo pelo Centro Universitário Academia, e mail: laudilly@gmail.com

³ Doutora em Comunicação, professora do curso de Jornalismo do Centro Universitário Academia. email: marisebaesso@hotmail.com

censura e o controle estatal sobre os meios de comunicação limitaram a liberdade de expressão. O governo de Getúlio Vargas restringiu o espaço para o jornalismo, desafiando a autonomia dos veículos de comunicação e dos jornalistas.

Após o suicídio de Vargas, o Brasil enfrentou instabilidade política, com vários presidentes assumindo o poder. Em 1964, um golpe militar derrubou o governo democraticamente eleito de João Goulart, instaurando uma severa ditadura cívico-militar no país. Diante desse contexto opressivo, surgiram movimentos contestatórios em diversos setores da sociedade, incluindo na comunicação, dando origem à imprensa alternativa, como afirma Kucinski (1991). Os jornais alternativos surgiram para resistir à censura, oferecendo uma voz crítica durante a repressão, com jornalistas e ativistas arriscando suas vidas pela liberdade de expressão e democracia.

Conforme explica Teles (1993), nesse contexto de efervescência social e política, o movimento feminista também ganhou força no país. As reivindicações iniciais incluíam participação política, acesso igualitário à educação e ao mercado de trabalho. No entanto, com o estopim do movimento, suas pautas expandiram, abordando questões como autonomia reprodutiva, combate à violência contra a mulher e desconstrução dos estereótipos de gênero.

O ano de 1975 foi proclamado pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o Ano Internacional da Mulher, impulsionando o surgimento de uma imprensa, que também era alternativa, porém, feminista. Estas publicações desempenharam um papel crucial ao dar voz às mulheres, oferecendo uma plataforma para discutir questões de feminismo em um ambiente repressor, como afirmado por Teles (1993).

O PIONEIRO FEMINISTA

O Jornal Brasil Mulher, de acordo com Teles, foi pioneiro ao introduzir questões relacionadas às mulheres e ao feminismo na imprensa brasileira. O periódico surgiu em 1975, após a fase mais dura da ditadura, conhecida como "anos de chumbo", iniciada com o AI-5 (Ato Institucional número 5). O jornal abraçou diversas pautas feministas, como direitos reprodutivos, igualdade salarial, violência de gênero e maternidade. Distribuído em vários estados, incluindo São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro, Paraíba e Maranhão, as leitoras se organizavam para ajudar na distribuição e envio de notícias, pautas e relatos para as próximas edições.

Teles afirma que o jornal ampliou a conscientização sobre a luta feminista no Brasil, destacando sua importância em um período que o movimento enfrentava drástica resistência - tanto que a palavra feminismo só apareceu no jornal em sua 2ª edição, em 1976, e era invisível na mídia tradicional.

Através de estudos da história recente e da análise das edições, esta pesquisa visa compreender a trajetória deste periódico e sua importância na promoção dos ideais feministas e na conscientização sobre as questões de gênero em um momento perigoso e crucial da história do Brasil.

A Análise de Conteúdo, desenvolvida por Laurence Bardin (1977), é uma abordagem de pesquisa que pretende a compreensão do conteúdo de textos, documentos ou materiais de comunicação. Essa metodologia foi utilizada para a análise e conclusões sobre o objeto Jornal Brasil Mulher.

Inicialmente, realizamos a verificação do objeto na totalidade. Com isso, conseguimos codificar, enumerar, agregar e mapear os conteúdos, capas, fotos e assuntos do tabloide. Após, selecionamos três jornais - edição 1 (1975), edição 9 (1977) e 15 (1979) - para a realização do estudo mais detalhado dos tais. Consideramos a 1 e a 15 por serem a primeira e a últimas edições disponíveis no acervo. E a 9 por conta de estar no período intermediário entre elas. Visto que a diferença de data entre as publicações escolhidas é de dois anos entre uma e outra, sucessivamente. Assim, abordaremos as pautas centrais do periódico em todo o período de sua existência.

Com base nas imagens que aparecem na capa do Brasil Mulher, realizamos a análise para identificar de que maneira o periódico se apresentava ao leitor e à leitora. As imagens de mulheres são predominantes, com um total de 10 capas (edições 1, 2, 3, 5, 6, 7, 9, 10, 15 e a extra publicada em 1977), fato que comprova o foco do jornal. Essas fotografias demonstram a diversidade de mulheres representadas e defendidas pelo feminista. Vale ressaltar que em nenhuma das edições são reforçados estereótipos da época referentes ao gênero feminino, como em posição de submissão e repressão, ou apenas mulheres do lar e esposa.

O Brasil Mulher apresenta uma visão autêntica das brasileiras, sem filtros, retratando-as em suas realidades cotidianas, seja nas ruas, com filhos nos braços, ou desempenhando diferentes papéis profissionais como operárias, trabalhadoras, professoras e jornalistas. Além disso, o jornal não deixa de reconhecer o importante

trabalho das donas de casa, que enfrentam uma jornada árdua, lidando com desafios na maternidade, pressões familiares e a falta de recursos financeiros próprios. Essas mulheres, mesmo desempenhando o papel tradicional de dona de casa, não são aquelas que ficam em casa esperando o marido, mas sim contestadoras que reconhecem a sobrecarga de trabalho que enfrentam.

Durante a análise dos temas abordados pelo jornal, foi evidenciado que as condições de trabalho foram os assuntos mais recorrentes, com um total de 22 matérias publicadas. Isso reflete o foco na busca por melhores condições laborais para as mulheres no país, incluindo questões como igualdade salarial, representatividade feminina em profissões dominadas por homens, preconceitos no ambiente de trabalho relacionados à maternidade e gestação, bem como a luta das classes trabalhadoras, abrangendo professoras, empregadas domésticas e operárias.

Em segundo lugar, estão os movimentos feministas, com 14 matérias destacando suas atividades e iniciativas. Educação também tem destaque, com dez publicações abordando analfabetismo, evasão escolar e educação infantil. Os métodos anticoncepcionais são uma preocupação constante, com nove aparições explorando pílulas e DIUs. Outros temas incluem anistia, maternidade, economia, direitos civis, sexualidade e reforma agrária.

Diante do contexto político conturbado dos anos de ditadura, o Brasil Mulher conseguiu circular com críticas ao regime, sem enfrentar problemas significativos de censura. Isso pode ser interpretado como um sinal de menosprezo por parte dos homens no poder, que não viam as questões de gênero como uma prioridade política. No entanto, essa "despreocupação" permitiu que o jornal abordasse temas relevantes na luta contra o governo ditatorial, desafiando a narrativa oficial e expondo histórias de luta e coragem.

O editorial da edição 1 ressalta que, embora 1975 estivesse chegando ao fim, o compromisso com a emancipação feminina e a luta contra a discriminação não deve ser encerrado. O Brasil Mulher é mencionado como uma publicação que se posiciona para discutir, informar e debater ideias sobre a condição das mulheres.

As condições de trabalho são discutidas nas três edições (1, 9 e 15). Na edição 1, "Maria Salário-Mínimo" destaca as restrições enfrentadas pela mão de obra feminina no Brasil. O texto enfoca a disparidade salarial, observando que quando uma ocupação se

torna "feminina", os salários tendem a diminuir. Na edição 9, critica-se o fato de que, mesmo com o direito ao voto, as eleições continuam a ser dominadas pelos mesmos homens de sempre. Já na edição 15, a reportagem destaca a Assembleia das Metalúrgicas, realizada em Belo Horizonte, Minas Gerais. Durante o evento, as trabalhadoras compartilharam suas preocupações e desafios, destacando a superexploração, más condições de trabalho e discriminação nas oportunidades e remuneração.

Quanto aos métodos anticoncepcionais, são abordados apenas nas edições 1 e 15. A matéria "Pílulas... ora, pílulas" da edição 1 critica a distribuição em larga escala de anticoncepcionais pela Sociedade Civil de Bem-Estar Social (Benfam) por meio de um programa de planejamento familiar do governo militar. Essa medida recebeu críticas não apenas de feministas, mas também de grupos religiosos.

A reportagem expõe os efeitos colaterais dos anticoncepcionais e questiona a existência de alternativas que não comprometam a saúde das mulheres. O jornal expressa uma ousada opinião ao sugerir que a sociedade machista ainda não desenvolveu uma pílula contraceptiva masculina devido aos potenciais efeitos prejudiciais à saúde, destacando a preferência patriarcal pelos homens. Na Edição 15, a matéria aborda os riscos do uso de anticoncepcionais sem supervisão médica, enfatizando a importância do acompanhamento médico para mulheres que optam por esse método contraceptivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil Mulher é uma publicação que se encaixa na imprensa alternativa do período da ditadura cívico-militar no país. No entanto, diferentemente da maioria dos veículos desta corrente, é um periódico feminista. Suas pautas são alinhadas contra o regime, mas, para além das questões prementes da imprensa alternativa, que são a luta pela anistia e contra a repressão do governo, este jornal prioriza assuntos de interesse das mulheres e, conseqüentemente de toda a sociedade, considerados bastante atuais e urgentes até hoje no país.

Acreditamos, por exemplo, que a diferença de ganho salarial entre mulheres e homens até hoje é uma pauta de destaque no Brasil. Outra questão é a saúde da mulher.

A ciência permitiu a evolução das pílulas anticoncepcionais, hoje menos invasivas, apesar disso, o uso de anticoncepcionais ainda é tema recorrente.

Olhar para o Brasil Mulher é importante para descobrirmos que, mesmo em meio ao período mais sombrio da censura no país, havia um grupo de mulheres que deu voz a várias causas ainda hoje silenciadas ou ainda bandeiras de lutas feministas. É inspirador observar como essas mulheres se uniram e apoiaram umas às outras.

Inúmeras páginas do jornal poderiam facilmente ter sido escritas por mulheres contemporâneas de 2024. Muitas lutas ainda são as mesmas, em algumas só mudam o enfoque. Mulheres ainda cumprem a árdua e invisível jornada dupla de trabalho, como comprovado pelo tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2023: “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil”.

Assim, ao reconhecer o legado do Brasil Mulher, não apenas honramos as mulheres que enfrentaram a opressão de seu tempo, mas também destacamos a relevância atemporal de suas lutas. Este periódico não apenas registra a história, mas serve como um chamado que aclama fortemente por um futuro mais igualitário e justo, onde as mulheres consigam conquistar a tão desejada igualdade.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**, Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL MULHER. Londrina: Sociedade Brasil Mulher, 1975-1980. Disponível em: <<https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/jornal-brasil-mulher>>. Acesso em: 10 abr. 2024.

Fundação Perseu Abramo. **Centro Sérgio Buarque de Holanda**, 2006. Disponível em: <<https://acervo.fpabramo.org.br/index.php/>>. Acesso em: 10 de nov. de 2023.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**: Nos tempos da imprensa alternativa, São Paulo: Página Aberta Ltda, 1991.

ROMANCINI, Richard. LAGO, Cláudia. **História do Jornalismo no Brasil**. Florianópolis: Insular, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios**, São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2018.